



Câmara Municipal de Castro

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2.016,
PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2.016

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de Maio, do ano de dois mil e dezesseis, nesta Cidade de Castro, Estado do Paraná, na Sala das Sessões da Câmara Municipal, as dezesseis (16) horas e quarenta e cinco (45) minutos, sob a presidência do Vereador Gerson Sutil e perante os Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento na pessoa de sua Presidente – Regiane Batista Severino, Secretário – Herculano da Silva e Membro – Antonio Sirlei Alves da Silva, foi declarada aberta a Audiência Pública, de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, em seu artigo 9º, § 4º, e conforme solicitado pelo Senhor Prefeito Municipal através do Of. Nº 049/2016, de doze (12) de Maio do corrente ano e edital publicado no Boletim Informativo do Município, número dois mil seiscentos e vinte e oito (2628), em treze (13) de maio de 2016. Ao abrir a presente Audiência, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Renato Caetano Cardoso, Digníssimo Secretário Municipal de Administração, para fazer parte da Mesa, e, na sequência, passou a direção da audiência à Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento e esta assumindo fez uma breve explanação sobre o propósito da presente Audiência e em seguida, concedeu a palavra ao Secretário Municipal de Administração, o qual passou às mãos da Presidente da referida Comissão, o relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária e, fazendo uma explanação sobre as metas cumpridas e apresentando relatório referente ao primeiro (1º) quadrimestre do ano de 2.016 de todos os setores da Prefeitura. Tendo o Secretário mencionado que a porcentagem de capital aplicado pelo Município no tocante à Educação foi o valor de 25,06% (vinte e cinco vírgula zero seis por cento), sendo que o mínimo estipulado para o Município de Castro é de vinte e oito por cento (28%). Referente à Saúde a porcentagem de capital aplicado foi o valor de 18,27 % (dezoito vírgula vinte e sete por cento), acima dos 15% (quinze por cento) previstos na Constituição Federal e com relação aos Gastos com Pessoal, o valor que o Município atingiu foi de 55,23% (cinquenta e cinco vírgula vinte e três por cento). Após a explanação feita pelo Secretário, os membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento avaliaram o cumprimento das metas fiscais, verificando os limites com as despesas de pessoal e do cumprimento dos limites de endividamento do Município. Deixada a palavra aos Vereadores, fez uso da mesma, o Vereador Gerson Sutil, que observou que no primeiro quadrimestre os limites estouraram. Sabemos que nas áreas da Saúde, Segurança e Educação, podemos extrapolar o índice desde que se tomem medidas que diminuam esses índices nos meses anteriores, então, quais as ações que estão sendo tomadas para serem sanados estes limites a partir do quinto mês de 2016? O Secretário respondeu que já foram feitas algumas ações, como por exemplo, alguns cortes em cargos em comissão e na contratação de horas extraordinárias. O que está sendo um problema são as horas extraordinárias, que pelo baixo número de servidores que hoje possuímos não só nas áreas essenciais, mas em praticamente em todas as áreas. Algumas já estão se adequando, como por exemplo, a UPA

Gerson Sutil
[Handwritten signatures]



Câmara Municipal de Castro

(Unidade de Pronto Atendimento) que está fazendo algumas escalas e o Executivo está tentando dialogar com os servidores e tentando convencê-los a colocar essas horas extraordinárias em banco de horas. Também foram cortadas as vendas de férias e enfim, todos os gastos com o funcionalismo, sendo que estamos tentando adequar para que consigamos segurar, mas, só estas atitudes não são suficientes. Nós estamos hoje com um índice de 55,23% (cinquenta e cinco vírgula vinte e três por cento), considerando que nós fizemos um levantamento do número de servidores e nós tivemos um acréscimo de apenas oitenta e sete (87) servidores de Setembro de dois mil e doze (2012) a Maio de dois mil e dezesseis (2016). A Prefeitura não fez um excessivo número de contratações. O que ela fez foi dar a correção monetária em todos os anos desta gestão, sendo aplicado o índice legal, para isso, sendo considerada a contratação desses oitenta e sete (87) servidores como um número baixo diante da demanda, como por exemplo, a reabertura do hospital Municipal, a abertura de creches, etc. Mas, as correções é que fizeram com que se tivesse a taxa desta natureza. Ainda estamos buscando outras medidas que se possa tomar evitando sempre medidas mais drásticas, como o PDV (Programa de Demissão Voluntária), mas, se for necessário se fará alguma coisa neste sentido. Em seguida, a Vereadora Aline Sleutjes Roberto, indagou com relação à folha e o impacto, observando a Prestação de Contas do Executivo relativas ao exercício de 2013, a qual foi aprovada com ressalvas e, uma das ressalvas é a folha de pagamento e essa questão do índice que vem extrapolando desde o início desta gestão, visto que conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, excedendo os 95% (noventa e cinco por cento), começam haver várias vedações. Mas, temos observado aqui na Câmara que por muitos momentos tem passado projetos pedindo criação de cargos, como por exemplo, de biólogo que está tramitando na Casa e outros aprovados anteriormente. O Secretário poderia dar em relação a este levantamento, quanto de 2012 a 2016 em cargos de confiança, se houve acréscimo ou não? O Secretário respondeu que houve um decréscimo, mas não saberia precisar naquele momento porque não estava com o levantamento em mãos, lembrando que em 2012, o primeiro índice estava acima de cinquenta e seis por cento (56%) e nas três (3) avaliações seguintes houve um decréscimo e chegou perto de cinquenta e dois por cento (52%), ainda em 2013, embora não tivesse certeza. O problema é que de Setembro de 2015 até o presente, a arrecadação não teve grandes elevações e a partir do momento em que aplicamos a correção monetária no salário, o que o maior custo fixo que a Prefeitura tem, é lógico que o índice sempre vai acabar estourando. Neste sentido o Secretário comprometeu-se em verificar e passar esses números para a Vereadora depois. Continuando a Vereadora Aline Sleutjes Roberto indagou sobre os cento e quarenta e três (143) funcionários do Município que ainda não recebem o piso nacional de salário, se há uma luz no fim do túnel, que a arrecadação vá aumentar, que pelo menos estes cento e quarenta e três (143) funcionários possam passar a receber o piso? O Secretário respondeu que estes funcionários não recebem o piso, mas recebem uma complementação para alcançar o valor do mesmo. A receita para o pagamento destes funcionários é própria do Município, diferentemente do pagamento dos funcionários do Magistério que é verba do Governo Federal. No modo de entender do Secretário, uma das primeiras coisas que precisa ser corrigida assim que tiver condições é conseguir pelo menos equiparar o piso nacional de salário. A Vereadora então disse que verificando o quadro de Educação, o gasto por função, consta 33,05% (trinta e três vírgula zero cinco por cento) e, quando o Secretário discriminou por função, constou 25,06% (vinte e cinco vírgula zero seis por cento). Gostaria que fosse explicada esta diferença de valores? O Secretário respondeu que são as despesas já liquidadas que dão este valor de 25,06%. Em seguida o Vereador Itari Cropolato comentou que muitos empresários têm reclamado

Verônica

[Handwritten signatures]



Câmara Municipal de Castro

da demora na liberação ou renovação de Alvarás por parte da Prefeitura e gostaria de saber se tem algum plano, se alguma coisa está sendo feita para resolver o problema destas pessoas que querem estar em dia com seu Alvará? O Secretário respondeu que hoje, o trâmite interno não é o problema mais sério para a liberação desse documento. O maior problema está na fiscalização e liberação de Alvará por parte da vigilância sanitária e do corpo de bombeiros porque é um número muito grande de processos e eles não dão conta na velocidade que esperaríamos que se fizesse. E, o outro problema é o próprio cidadão que não apresenta todos os documentos na abertura do processo. Nós temos insistido para que estes, ao abrir o processo já tragam junto o Alvará do Corpo de Bombeiros, porque sem este nós não temos condições de abrir o processo. Deixada a palavra para o público presente, fez uso da mesma o Senhor Jan Peter, do Observatório Social de Castro, que disse tenho duas dúvidas:- Se tenho uma empresa e não tenho alvará, ou estou renovando o alvará, não vai dar menos receita a Prefeitura, já que a princípio estarei emitindo nota fiscal igualzinho, então não é o Alvará que vai dar problema financeiro para a Prefeitura? E a segunda é que foi dito que tem oitenta e sete (87) funcionários a mais do que na gestão anterior. Quais meses foram comparados, Setembro de 2012 a Abril de 2016, ou Abril de 2012 a Abril de 2016? O Secretário respondeu que foram os meses de Abril de 2012 a Maio de 2016, porque, pelo o que fora lhe informado, a partir do mês de Outubro, do último ano da antiga gestão, começou-se a fazer as dispensas de cargos em Comissão e de outros cargos, por isso foi pego alguns meses anteriores para ter uma idéia mais clara de quantos servidores tinha naquele período. Não havendo mais ninguém querendo manifestar-se e não havendo nada mais a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente Audiência Pública, da qual foi lavrada sua respectiva ata, que vai devidamente assinada.

Renato Cardoso Caetano
Sec. Mun. de Administração

Regiane Batista Severino
Presidente da C.F.O

Herculano da Silva
Secretário

Antonio Sirlei Alves da Silva
Membro